

Relembro essa época com uma grande irritação

Lino Fernandes

Presidente da Agência de Inovação (.....)....

Licenciada em economia (19...) pela

Ao lembrar essa época fico com uma grande irritação. Acho que de facto foi uma oportunidade perdida, porque creio que naquela altura havia uma janela temporal de oportunidade. Não havia ainda grandes barreiras de entrada, como posteriormente quando o IBM PC se tornou o modelo dominante.

Talvez não fosse de esperar que mesmo que o computador português melhorasse e sobrevivesse muitos anos. Se formos ver, muitos computadores que surgiram depois do Ener1000 deram a ganhar muito dinheiro aos empresários que arrancaram com eles e que depois acabaram por vender bem as empresas. Há também muitas marcas conhecidas de computadores que surgiram depois do Ener1000 e que depois foram limpas pelo IBM PC.

Certamente que o Ener1000 não se iria tornar um modelo ou marca de computador dominante no mercado, mas o que está aqui em causa e que me irrita é que foi um insucesso que não chegou a ser sucesso. A indústria portuguesa não aprendeu com isso porque praticamente não chegou a haver indústria, do ponto de vista económico.

Falar da impressora ou da máquina de escrever também irrita bastante porque na prática a Messa desapareceu e os trabalhadores foram todos para o desemprego. A equipa até teve na altura a hipótese de vender a tecnologia para fora, e só não vendeu pelo sentido patriótico estrito de achar que podia com isso ajudar a salvar a Messa. É muito fácil agora argumentarmos que a Messa não podia ter sucesso, que Portugal estava numa grande crise financeira, etc.,

Nessa altura há uma frase de um Ministro que tinha a tutela da Ciência, e que perante a insistência de pedidos de financiamentos e orçamentos (pequenos), ele dizia sempre que «*meus amigos, o país não tem dinheiro para comprar batatas, que fará para fazer investigação!*».

Isto coloca um problema. Passados vinte anos, será que mudou muito a forma como a elite dirigente portuguesa pensa, salvo algumas excepções?

O facto de que quando muda um Governo, as políticas poderem ser descontinuadas, o que isso traduz não são questões ideológicas, mas são visões profundamente diferentes sobre a realidade da política económica. Em Portugal a maioria das pessoas que chega ao nível da decisão política tem em geral uma baixa cultura tecnológica, o que até será normal quando são advogados, gestores, economistas. Mas como em geral são pessoas muito credíveis na sua área de especialização, transmitem para aquilo

que não sabem uma grande segurança, usando um método que não é nada científico, que é o do bom senso.

Há dois anos foi publicado um livro de entrevistas chamado «*Vinte visões para 2020*» **editora?** **Coordenador? Citação?**, em que um dos entrevistados diz o seguinte: «*é evidente que não temos instituições, nem massa crítica para sermos um país criador de tecnologia avançada. É natural que um país como Portugal tenha sempre o sector de turismo mais desenvolvido*». **Verificar citação**

Depois o jornalista pergunta se há vinte anos se pensava que podíamos ser a Califórnia da Europa, se tivéssemos apostado no software? «*Não se sabia se isso iria ser assim tão necessário, e se tivéssemos formado muita gente em software se calhar eles tinham emigrado*». **Verificar citação** Esta pessoa, que estou a citar, é talvez um dos economistas mais conceituados e com mais influência na política económica em Portugal. **Quem?**

Tentando passar para o presente, o que me irrita ainda mais é que os problemas de fundo tornavam difíceis políticas ousadas ou ambiciosas. Porque na altura era mesmo de uma grande ousadia haver responsáveis políticos que apostavam no computador português, num contexto em que vocabulário informático quase ainda nem existia. O que faltou foi manter essa política de uma forma consistente, o que talvez desse outro resultado. Nessa altura **quando?** apareceu o Plano Tecnológico Nacional, que do ponto de vista das tecnologias de informação era extremamente pobre, era muito baseado em aproveitar os recursos naturais e coisas do género

Além de falta de cultura tecnológica, falar destas coisas na altura era um diálogo complicado, o que ainda agora é.

Acho que é claro que nestes assuntos e em Portugal há uma grande falta de ambição, talvez devido a um certo complexo político em relação ao pólo de Sines dos anos 60 e 70, que criou uma coisa que se chama “complexo do elefante branco”. **Neste caso havia tão pouco dinheiro que não era questão do elefante ??**.

Cada vez que o Ministro da Economia está mais aflito com a situação económica, faz a seguinte declaração: «*o modelo esgotou-se*». Esta questão permite algum tempo de tolerância, mas é uma coisa que já tínhamos falado talvez há vinte anos. O modelo foi-se esgotando já há mais de trinta anos.

Depois o Relatório Porter, um momento importante na política industrial, paradoxalmente permitiu consolidar a morte da política económica. Na leitura vulgar feita do Relatório Porter, o que no fundo se diz é que não é necessário haver políticas de âmbito sectorial, as empresas é que concorrem umas com as outras, não são os sectores que concorrem, e o que interessa é que as empresas sejam bem geridas e que haja boas empresas em todos os sectores. Foi assim decretada a morte da política económica, porque ela passa a ser um sistema de subsídios de interferência micro económica nas empresas, de resto uma interferência ineficaz. Por outro lado o planeamento em Portugal já foi condenado há muitos anos, não só na versão soviética, mas em qualquer outra versão, embora nos países europeus

avanzados existam programas, planeamentos e intervenção estruturada sobre o tecido económico em diversas áreas.

Com a moeda única foi mesmo decretada outra vez a morte oficial de todas as políticas económicas. Isto traduz uma certa demissão de interferência voluntarista do Estado sobre o tecido económico, que me parece ser relativamente óbvio, e que neste momento existe e subsiste.

As razões de fundo que fazem com que Portugal não consiga ter de uma forma persistente políticas de alteração de estruturas para desenvolver coisas novas tem a ver com esta fragilidade do tecido de decisão e não só, embora também, com o tecido empresarial.

Dessa época para cá ressurgiram grupos económicos antigos que se foram reconstruindo, e grupos novos que investiram em geral em situações de captação de renda, como portagens nas auto-estradas ou criando grandes superfícies **industriais**.

O facto de ser uma altura de crise por si só não impede que haja inovação empresarial. Há países, como por exemplo a Dinamarca e a Finlândia nos anos 80, que deram grandes saltos de desenvolvimento exactamente em situações de grande crise do modelo. Por exemplo normalmente falamos da Nokia como uma empresa exemplar, e um caso sensacional de sucesso, mas no seu país tem uma importância normal. O presidente da Nokia suicidou-se em 1988 - a Nokia não é uma história de sucesso contínuo. É uma espécie de grupo Cuf mais ligada à celulose e ao papel, que se começou a diversificar, a fazer uns modems, etc., e que achou que a microelectrónica era o futuro. Meteu-se por ali e apanhou uma pancada no fim dos anos 80 e esteve para ser vendida aos suecos da Ericsson. Só não foi vendida porque para os finlandeses vender a empresa aos suecos era uma vergonha nacional (coisa que já os portugueses não teriam vergonha nenhuma).

Estou convencido que umas das grandes razões do desenvolvimento Irlandês é o facto quererem ser independentes dos ingleses. Esse motivo fá-los unirem-se e ter ambição e alguma capacidade de a levar a cabo.

“Capital de risco” é uma expressão relativamente nova. Se formos analisar um programa mais recente, o Programa NEST, um programa de capital de risco fundamentalmente para capital semente, vemos que não pode apoiar capital semente porque exige certos tipos de condições difíceis de preencher (tem de ser sociedades anónimas ...). O capital semente são uns dinheiros tão pequenos que se forem fazer uma sociedade anónima o dinheiro não dá para....

Em Portugal os instrumentos são muitas vezes os próprios objectivos da política. Talvez isso esteja adequado às empresas de capitais de risco, mas não está adequado às empresas de capital semente.

Um exemplo recente é um programa chamado **CPME**, que tinha umas verbas de 600 mil contos para capital semente, e esse dinheiro era para ser gerido de uma forma a poder dar 5 mil contos por caso, mas que acabou, por decisão política, por ir parar ao IPE, que criou um fundo para financiar tecnologia. Esse fundo durante esse período não gastou sequer 20% do dinheiro que estava disponível, em apenas

três empresas, uma das quais era uma pequena SGPS, que não tinha nada a ver com o capital semente, e o resto do dinheiro foi devolvido a Bruxelas.

O país não aprendeu muito com estes insucessos. A Critical Software é uma realidade interessante, mas com o regulamento actual do programa Ideia, que basicamente é o programa de investigação em consórcio, não seria elegível, porque há lá uma linha que diz que só podem ser elegíveis empresas com mais de dois anos de existência. Quando foi financiado no seu primeiro projecto, a Critical Software praticamente tinha sido criada na altura. Isto é, os programas são feitos para se completarem e não para ajudarem as empresas.

Concluindo: não só não aprendemos, como em alguns casos desaprendemos.